



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
QI-01 Lote 03

Edital Nº 265 / 2023 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 106, de 2023 – SEI Nº 23.0.000009403-0

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **PROCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO**, a se realizar de 20 de junho a 7 de julho de 2023, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Âmbito do Poder Judiciário

Objetivo: Capacitar os(as) magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense para aplicar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, promovendo uma análise sensível e imparcial dos casos jurídicos, levando em consideração as desigualdades de gênero e buscando a garantia dos direitos e a equidade no processo de julgamento.

Período de Inscrições: As inscrições ocorrerão no período de 12 a 15 de junho de 2023.

Inscrições: As inscrições serão realizadas pela Secretaria da Esmat no Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), de acordo com as indicações feitas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência de Doméstica Familiar (CEMSVID), por meio do Processo SEI nº 23.0.000009403-0

Público-Alvo: Magistrados e/ou magistradas do Poder Judiciário Tocantinense.

Carga Horária: 25 horas

Modalidade: EaD

Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat - AVA

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula dos instrutores.

2. VAGAS

2.1 100 vagas, conforme descrito abaixo:

PÚBLICO-ALVO	VAGAS
2.1.1 Magistrados e/ou magistradas do Poder Judiciário Tocantinense	100
Total de Vagas	100

2.2 As vagas que não forem preenchidas pelo público-alvo, constantes nos itens 2.1.1 poderão ser distribuídas de acordo com as solicitações encaminhadas à Coordenação do curso pelo e-mail nufamtjto@gmail.com

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Serem magistrados e/ou magistradas do Poder Judiciário Tocantinense.

3.2 Serem Magistrados e/ou magistradas que preferencialmente não tenham participado do curso Direitos Fundamentais: Um Olhar Humanizado da Justiça Tocantinense, realizado no período de 13 de julho a 15 de agosto de 2022.

4 FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os(As) alunos(as) deverão participar das atividades na modalidade EaD, programadas conforme descrição nos itens 5 deste Edital;

4.2 Para a Avaliação os(as) facilitadores(as) aplicarão um questionário com 20 questões de múltipla escolha, com valor de 10 pontos;

4.3 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) alunos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

4.4 Os(As) alunos(as) deverão cumprir no mínimo 75% de frequência, e nota mínima 7,0 para certificação;

4.5 Todos(as) os(as) alunos(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas neste Edital.

5. CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROTOKOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

AMBIENTAÇÃO

De 20 a 22 de junho de 2023

O espaço reservado para a ambientação é o primeiro contato com a Plataforma.

Será disponibilizado um fórum de apresentação que registra frequência.

Na Ambientação, o(a) aluno(a) encontrará: Informações Gerais do Curso, Cronograma, Editais, e o *link* de acesso ao Grupo de *Whatsapp*.

Escolha da turma em que fará parte durante o desenvolvimento do curso.

Carga Horária

3 horas-aula

MÓDULO I

Descritores

Conteúdo Programático e/ou Atividades

Tema

Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no âmbito do Poder Judiciário

Professora

Renata do Nascimento e Silva

Data/Período/Horário

De 23 de junho a 3 de julho de 2023

Conteúdos Programáticos

Apresentação do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

- ✓ Conceitos;
- ✓ Guia para magistrados e magistradas: passo a passo;
- ✓ Questões de gênero específicas da Justiça Estadual.

Objetivos Específicos do Módulo

Dar publicidade ao conteúdo do Protocolo, promovendo a sensibilização de magistradas, magistrados para a necessidade da atuação e do julgamento com perspectiva de gênero, a fim de neutralizar as desigualdades de toda ordem com as quais nos deparamos nos processos.

Metodologia do Módulo

Carga Horária Assíncrona – 20 horas-aula

A carga horária para interatividade de alunos e de alunas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será distribuída da seguinte forma:

1. Aulas expositivas assíncronas, gravadas pela professora (4 horas-aula);
2. Estudos dos *slides*, vídeos, documentários, cartilhas, artigos que poderão ilustrar a temática do Módulo (6 horas-aula);
3. Fórum de Discussão Formativa (2 horas-aula);
4. Interatividade dos(as) facilitadores(as) de aprendizagem no AVA, dentro dos fóruns de discussão formativa, de acordo com o texto norteador, em que os(as) alunos(as) irão expor seus conhecimentos sobre a temática (2 horas-aula);
5. Atividade Avaliativa – 20 questões objetivas (6 horas-aula).

Carga Horária 20 horas-aula

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO e FECHAMENTO DO CURSO

De 4 a 7 de julho de 2023

O(A) aluno(a) deverá avaliar a estrutura curricular, a professora, os(as) facilitadores(as) de aprendizagem e a metodologia aplicada.

Fechamento do diário eletrônico pelos facilitadores de aprendizagem.

Carga Horária 2 horas-aula

Carga horária Total 25 horas-aula

5.1 PROFESSORA

5.1.1

Nome Renata do Nascimento

Síntese do Currículo Mestra em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desde 2008, atua como juíza de direito no estado do Tocantins. Juíza de Direito – Titular da Vara Criminal de Paraíso do Tocantins.

5.2 FACILITADORES DE APRENDIZAGEM

5.2.1

Nome Esmar Custódio Vêncio Filho

Síntese do Currículo Graduado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1991. Experiente na área de Direito, com ênfase em Infância e Juventude. Juiz de Direito do Estado do Tocantins, desde dezembro de 1996. Titular, desde janeiro de 2011, da 2ª Vara Cível de Família e Sucessões, Infância e Juventude e Precatórias Cíveis de Paraíso do Tocantins/TO. Delegado de Polícia do Estado de Goiás, de 1994 a 1996. Pós-Graduado em Direito Processual Penal, pela Academia de Polícia do Estado de Goiás. Pós-Graduado em Direito Penal, pela Academia de Polícia do Estado de Goiás. Pós-Graduado em Estado de Direito e Combate à Corrupção, 2016-2017, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, 2015-2016, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Professor da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, desde 2018. Coordenador dos Mutirões Carcerários do Estado do Tocantins, nos anos de 2010 a 2014, realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande de Sul, em 2011, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande do Norte, em 2012, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo, em 2011, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador do Grupo de Monitoramento e

Fiscalização do Sistema Penitenciário e Socioeducativo do Estado do Tocantins, 2012-2014, reconduzido para o período 2014-2015. Coordenador do Grupo para Elaboração do Manual de Processo Penal, pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Coordenador do Grupo para Criação da Central de Movimentação de Presos e do Gestor do Sistema Socioeducativo, pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Coordenador Geral das Metas 2010 CNJ/TJTO. Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2015-2016. Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2017-2018. Juiz de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2015-2016. Juiz de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2017-2018.

OBS.: Possui o curso de Formação de Formadoras pela Esmat, credenciado na Enfam.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8540068J9>

5.2.2

Nome	Arióstenis Guimarães Vieira
Síntese Currículo	do Juiz de Direito titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tocantinópolis/TO. Bacharel em Direito, pela Universidade Federal de Goiás, 1999. Pós-Graduado <i>Lato Sensu</i> em Estado de Direito e Combate à Corrupção, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 2017. Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Doutorando em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Mestre. OBS.: Possui o curso de Formação de Formadoras pela Esmat, credenciado na Enfam.

5.2.3

Nome	Jossanner Nery Nogueira Luna
Síntese Currículo	do Graduado em Direito, pela Universidade de Cuiabá, 1999. Especialista em Curso de Direito Público Avançado, pela Faculdades Integradas Cândido Rondon, 2003. Mestre profissionalizante em Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins, 2015. Tem experiência na área de Direito. OBS.: Possui o curso de Formação de Formadoras pela Esmat, credenciado na Enfam. Fonte: http://lattes.cnpq.br/7907222455886852

5.2.4

Nome	Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira
Síntese Currículo	do Graduada em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1993. Graduada em Pedagogia, pela Universidade Luterana do Brasil, 2010. Atualmente é juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Pós-Graduada <i>Stricto Sensu</i> . Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito. OBS.: Possui o curso de Formação de Formadoras pela Esmat, credenciado na Enfam.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do(a) candidato(a) implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no DJ nº 4.348, de 13 de setembro de 2018;

6.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail secretaria.esmat@tjto.jus.br;

6.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o(a) inscrito(a) à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

6.4 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 07/06/2023, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **5128239** e o código CRC **862D9879**.